

ANEXO VII – MINUTA DE CONTRATO**(A SER ADAPTADA DE ACORDO COM O TERMO DE REFERÊNCIA)****CONTRATO Nº.**
XXX/2025/EMPAV**CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM A EMPAV – EMPRESA MUNICIPAL DE PAVIMENTAÇÃO E URBANIDADES E (NOME DA EMPRESA)**

A **EMPAV - EMPRESA MUNICIPAL DE PAVIMENTAÇÃO E URBANIDADES**, empresa pública municipal, neste ato representada por sua Diretora Presidente **MIRELLY VASCONCELOS CARDOSO** e por sua Diretora Administrativa e Financeira **LICIANE CRIVELLARI BARBOSA**, doravante denominada **CONTRATANTE**, inscrita no CNPJ sob o nº 17.783.044/0001-38, com endereço na Av. Brasil, nº 1055, Poço Rico, CEP 36.020-010, Juiz de Fora/MG, e a sociedade empresária **(NOME DA EMPRESA)** - inscrita no CNPJ sob o nº XX.XXX.XX/0001-XX, com sede à Rua (NOME DA RUA), nº XX, bairro (NOME DO BAIRRO), CIDADE/UF, CEP: XXXXX-XXX, pelo (a) seu(a) representante infra-assinado (a) Sr (a).: **(NOME DO REPRESENTANTE)**, portadora do RG XX.XXX.XXX e do CPF: XXX.XXX.XXX-XX, doravante denominada **CONTRATADA**, firmam o presente contrato, considerando (o julgamento da licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO sob o nº 90.020/2025/EMPAV** a contratação direta por dispensa/ ou inexigibilidade), conforme consta no **Processo Administrativo Eletrônico Próprio nº _____/2025/EMPAV**, obedecidas as disposições da Lei 13.303 de 2016, e suas alterações posteriores, do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da EMPAV, das demais normas legais aplicáveis e as condições seguintes.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente *Contrato tem como objeto a “futura e eventual aquisição parcelada de equipamentos e peças do setor de parques e jardins da Empav”*.

1.2. São partes integrantes deste Contrato, independente de transcrição, o Termo de Referência, o Aviso de Licitação, o Edital e todos os seus anexos.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO E DA DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS

2.1. O preço, as especificações do objeto e as demais condições ofertadas na proposta conforme Anexo II do Termo de Referência do Pregão Eletrônico nº _____ são as que seguem:

ITEM	OBJETO	UNID.	QUANT	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Cabeçote de corte para roçadeira da STIHL FS 220 - TRIMCUT (C42-2)	UNIDADE	100	R\$ XX,XX	R\$ XXX,XX

2	Cabeçote de corte para roçadeira da STIHL FR 220 - TRIMCUT (C32-2)	UNIDADE	50	R\$ XX,XX	R\$ XXX,XX
3	Cordão arranque 3mm 100M.	UNIDADE	50	R\$ XX,XX	R\$ XXX,XX
4	Cordão arranque 4mm 100M.	UNIDADE	50	R\$ XX,XX	R\$ XXX,XX
5	Fio de corte quadrado 3mm rolo com 312M	UNIDADE	50	R\$ XX,XX	R\$ XXX,XX
6	Motoserra de médio porte, sabre 50 cm, com manejo por uma só alavanca, sistema antivibratório e tensor lateral para a acorrente, motor dois tempos, com potência de 3,9/5,3 kw/cv cilindrada mínima 72,2 cm³, peso máximo de 6,2 kg, potência sonora 118 [db (a)]. incluindo acessórios: corrente de corte, protetor do sabre, chave universal e misturador de combustível. Produto novo, com assistência técnica autorizada em Juiz de Fora. Compatível com Modelo Stihl MS 382 ou de melhor qualidade.	UNIDADE	20	R\$ XX,XX	R\$ XXX,XX
7	Plaina profissional para nivelamento de madeira com lâmina, dimensões da lâmina 82x3mm, potência igual ou superior a 900 W, velocidade sem carga 16.000rpm, alimentação elétrica, tensão de 127V.	UNIDADE	5	R\$ XX,XX	R\$ XXX,XX
8	Roçadeira profissional lateral com lâmina, projetada para serviços pesados, sendo ideal para o corte de grama, capim, pasto, arbusto e pequenas árvores, motor dois tempos, à gasolina, cilindrada mínima de 37,7 cm³, com potência de 1,7cv, peso máximo de 7,7kg, potência sonora 110[db (a)], incluindo todos acessórios. Produto novo, com assistência técnica autorizada em Juiz de Fora. Compatível com modelo Stihl FS 221 ou de melhor qualidade.	UNIDADE	20	R\$ XX,XX	R\$ XXX,XX
9	Sabres para motopoda 30cm e 1,1mm espessura	UNIDADE	20	R\$ XX,XX	R\$ XXX,XX
10	Tampa do Tanque de combustível para roçadeira FR220 e FS220.	UNIDADE	30	R\$ XX,XX	R\$ XXX,XX
11	Arruela de proteção para roçadeira STIHL FS220 cód 41197172800	UNIDADE	30	R\$ XX,XX	R\$ XXX,XX
12	Tampa de cobertura do cilindro da roçadeira STIHL FS220	UNIDADE	30	R\$ XX,XX	R\$ XXX,XX
13	Pinhão corrente da motopoda HT 75 STIHL 6 dentes 3/8	UNIDADE	20	R\$ XX,XX	R\$ XXX,XX
14	Arrastador de aço da motopoda HT 75 STIHL	UNIDADE	20	R\$ XX,XX	R\$ XXX,XX
15	Tampa do cilindro da motopoda STIHL HT 75	UNIDADE	20	R\$ XX,XX	R\$ XXX,XX
16	Porca do eixo da motopoda STIHL HT 75	UNIDADE	20	R\$ XX,XX	R\$ XXX,XX
17	Mola de tração da motoserra MS 210 STIHL	UNIDADE	30	R\$ XX,XX	R\$ XXX,XX
18	Mola de tração da motoserra MS 382 STIHL	UNIDADE	30	R\$ XX,XX	R\$ XXX,XX
19	Eixo de acionamento da motopoda STIHL HT 75 (8 estrias)	UNIDADE	5	R\$ XX,XX	R\$ XXX,XX

Assinado por 1 pessoa: LÍCIANE CRIVELLARI
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://juizdefora.idoc.com.br/verificacao/E916-281E-7051-E174> e informe o código E916-281E-7051-E174

20	Rolamento 6202 c3	UNIDADE	10	R\$ XX,XX	R\$ XXX,XX
21	Tubo do eixo quadrado da motopoda HT 75 STIHL	UNIDADE	5	R\$ XX,XX	R\$ XXX,XX
22	Anel espaçador da motopoda HT 75 STIHL quadrado	UNIDADE	10	R\$ XX,XX	R\$ XXX,XX
23	Luva para roçadeira stihl FS 220 quadrada	UNIDADE	5	R\$ XX,XX	R\$ XXX,XX
24	Guia de proteção para roçadeira STIHL FS 220	UNIDADE	5	R\$ XX,XX	R\$ XXX,XX
25	Parafuso de fechamento roçadeira STIHL FS 220	UNIDADE	10	R\$ XX,XX	R\$ XXX,XX
26	Tampa do tanque de combustível da motosserra MS 210	UNIDADE	5	R\$ XX,XX	R\$ XXX,XX
27	Tampa do tanque de óleo da motosserra STIHL MS 210	UNIDADE	5	R\$ XX,XX	R\$ XXX,XX
28	Tampa do tanque de combustível da motopoda STIHL HT 75	UNIDADE	5	R\$ XX,XX	R\$ XXX,XX
29	Arruela de pressão da roçadeira STIHL FS 220	UNIDADE	5	R\$ XX,XX	R\$ XXX,XX
30	Paça de engate cachorrete da motosserra STIHL MS 210	UNIDADE	20	R\$ XX,XX	R\$ XXX,XX
31	Esticador de corrente da motosserra MS 210 STIHL	UNIDADE	10	R\$ XX,XX	R\$ XXX,XX
32	Gaiola de agulha pra motosserra MS 210 STIHL	UNIDADE	10	R\$ XX,XX	R\$ XXX,XX
33	Rosca sem fim da motosserra STIHL MS 210	UNIDADE	10	R\$ XX,XX	R\$ XXX,XX
34	Guidão inteiro da roçadeira STIHL FS 220	UNIDADE	5	R\$ XX,XX	R\$ XXX,XX
35	Tubo de alumínio da roçadeira STIHL FS 220	UNIDADE	5	R\$ XX,XX	R\$ XXX,XX
36	Mangueira de combustível da roçadeira STIHL FS 28 (Metro)	UNIDADE	10	R\$ XX,XX	R\$ XXX,XX
37	Lâmina para carrinho cortador de grama TLM510 Toyama	UNIDADE	20	R\$ XX,XX	R\$ XXX,XX
38	Bulbo injetor de gasolina para Carrinho do Cortador de Grama Toyama -TLM510-60L	UNIDADE	30	R\$ XX,XX	R\$ XXX,XX
39	Pinhão da corrente da motopoda Stihl 7 dentes 3/8	UNIDADE	10	R\$ XX,XX	R\$ XXX,XX
40	Peça de fixação da motopoda HT 75 Stihl encaixe quadrado	UNIDADE	5	R\$ XX,XX	R\$ XXX,XX
41	Alojamento da motopoda HT 75 Stihl encaixe quadrado	UNIDADE	5	R\$ XX,XX	R\$ XXX,XX
42	Tampa do pinhão da motopoda HT 75	UNIDADE	5	R\$ XX,XX	R\$ XXX,XX
43	Corrente de 48 dentes 1,6mm 3/8 picco micro	UNIDADE	30	R\$ XX,XX	R\$ XXX,XX
44	Apoio de plástico para roçadeira Stihl FS 220	UNIDADE	30	R\$ XX,XX	R\$ XXX,XX
45	Carburador do soprador Stihl BG 50	UNIDADE	10	R\$ XX,XX	R\$ XXX,XX
46	Mola de recuo do soprador Stihl BG 50	UNIDADE	10	R\$ XX,XX	R\$ XXX,XX

Assinado por: 1. pesspa. LICIANE CRIVELLARI
Para verificar a validade das assinaturas, acesse: <https://juizdefora.idoc.com.br/verificacao/E916-281E-7051-E174> e informe o código E916-281E-7051-E174

47	Tampa do tanque de combustível do soprador Stihl BG 50	UNIDADE	10	R\$ XX,XX	R\$ XXX,XX
48	Jogo com 8 Arruela Elástica Para motopoda Stihl - 4182-007-1005	UNIDADE	5	R\$ XX,XX	R\$ XXX,XX
49	Vassoura rastelo ancinho para jardim, de aço, arame 18 dentes, fixa – com cabo	UNIDADE	500	R\$ XX,XX	R\$ XXX,XX
50	Óleo lubrificante 8017h 2 tempos 500ml -stihl. Período de descarbonização: até 600 horas; sua diluição é em média a metade da utilizada com óleos convencionais; reduz a formação de cinzas na cabeça do pistão; protege contra o desgaste e a corrosão nas partes vitais do motor; baixa emissão de fumaça; especificação: api tc.	UNIDADE	1000	R\$ XX,XX	R\$ XXX,XX
51	Corrente 22 dentes fina picco micro mini (pmm)	UNIDADE	250	R\$ XX,XX	R\$ XXX,XX
52	Corrente 25 dentes fina picco micro mini (pmm)	UNIDADE	250	R\$ XX,XX	R\$ XXX,XX
53	Lâmina para roçadeira lateral stihl modelo fs220 com furo de 20mm e comprimento de 330mm	UNIDADE	1000	R\$ XX,XX	R\$ XXX,XX
54	Lima redonda 4,0mm para motosserra stihl.	UNIDADE	100	R\$ XX,XX	R\$ XXX,XX
55	Lima redonda 5,2mm para motosserra stihl.	UNIDADE	100	R\$ XX,XX	R\$ XXX,XX
56	Sabres para motosserra 22 dentes e 1,3mm espessura – 35cm	UNIDADE	30	R\$ XX,XX	R\$ XXX,XX
57	Sabres para motosserra 25 dentes e 1,3mm espessura	UNIDADE	30	R\$ XX,XX	R\$ XXX,XX
58	Sabres para motosserra 30 dentes e 1,6mm espessura	UNIDADE	30	R\$ XX,XX	R\$ XXX,XX
59	Lima chata 8 polegadas.	UNIDADE	100	R\$ XX,XX	R\$ XXX,XX
60	Tela mosquiteira nylon, largura 1,50m, branca, malha 16x16, fio 31 – rolo com 50m	ROLO	20	R\$ XX,XX	R\$ XXX,XX
61	Engrenagem para motopoda stihl ht 75 para sabre r30 com/12" 1,1/0,043 3/8" p	UNIDADE	10	R\$ XX,XX	R\$ XXX,XX
62	Correia b68 original	UNIDADE	10	R\$ XX,XX	R\$ XXX,XX
63	Escada extensível vazada em fibra 33 degraus 10,20 metros: - altura: - aberta: 10,20 metros - fechada: 5,70 metros - número de degraus: - fechada: 19 - aberta: 33 - carga máxima de trabalho: 120kg - peso: 35,5kg - degraus tipo "d" vazados.	UNIDADE	2	R\$ XX,XX	R\$ XXX,XX
64	Escada extensiva com 23 degraus tipo de fibra vazada 4,20 x 7,20 metros: - escada padrão das empresas de telefonia e eletricidade - perfil "u", não possibilita manutenção - não conduz eletricidade - são resistentes a corrosão química - não enferrujam - degrau tipo "d" - carga máxima de trabalho: 120kg - dimensões: - aberta: 7,20 metros (23 degraus) - fechada: 4,20 metros (14 degraus)	UNIDADE	4	R\$ XX,XX	R\$ XXX,XX
65	Soprador de mão Stihl, com motor a gasolina, potência de no mínimo 1.1hp a 8.000rpm, vazão do ar no tubo de no mínimo 12m³/min, o tubo de sopro é removível para melhor desempenho, com boa empunhadura. Compatível com modelo Stihl BG86 ou de melhor qualidade.	UNIDADE	10	R\$ XX,XX	R\$ XXX,XX

66	Esmerilhadeira Tensão: 220V; Potencia: 850W; Velocidade sem carga: 11000/mim; Diâmetro do disco: 4-1/2" (115mm); Dimensões: 276 x 130 x 111mm; Peso: 2kg.	UNIDADE	3	R\$ XX,XX	R\$ XXX,XX
67	Lâmina para TGM 175, VONDER68.99.320.090.	PAR	40	R\$ XX,XX	R\$ XXX,XX
VALOR TOTAL R\$X (ESCREVER VALOR POR EXTENSO)					

2.1.1. O valor global estimado do contrato para 12 (doze) meses é de **R\$ X (escrever valor por extenso)**.

2.1.2. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos à CONTRATADA dependerão dos quantitativos dos produtos efetivamente fornecidos para a EMPAV.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO REGIME DE EXECUÇÃO OU DA FORMA DE FORNECIMENTO

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, que informa e integra este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DO PAGAMENTO

4.1. O pagamento será efetuado pelo setor pertinente em até 30 (trinta) dias após a emissão da nota fiscal, subsequente ao fato gerador, e creditado em favor da CONTRATADA, através de transferência bancária contra a instituição financeira indicada na proposta, na seguinte conta bancária:

BANCO: NOME DO BANCO

TITULAR:

AGÊNCIA: XXXX-X

CONTA CORRENTE: XXXXXX-X

4.1.1. Para efeito de cada pagamento, a nota fiscal/fatura deverá ser encaminhada por meio do Protocolo da plataforma Prefeitura ÁGIL (<https://juizdefora.1doc.com.br/atendimento>), conforme manual (<https://drive.google.com/file/d/1t4a815K63fP1iie-BiqZ9SYLOnw8ZZT7/view?usp=sharing>). É indispensável anexar à nota fiscal a autorização de uso da nota fiscal eletrônica, em duas vias, emitidas no site www.nfe.fazenda.gov.br, digitando a chave de acesso descrita no DANFE.

4.2. No caso da não apresentação da documentação de que trata o item 4.1.1 ou estando o objeto em desacordo com as especificações e demais exigências do Contrato, fica a **CONTRATANTE** autorizada a efetuar o pagamento, em sua integralidade, somente quando forem processadas as alterações e retificações determinadas, sem prejuízo da aplicação, à licitante vencedora, das penalidades previstas.

4.3. No caso de incorreção nos documentos apresentados, inclusive nas Notas Fiscais/Fatura, serão estes

restituídos à **CONTRATADA** para as correções solicitadas, não implicando à EMPAV quaisquer encargos resultantes de atrasos na liquidação dos pagamentos correspondentes.

4.3.1. A devolução da fatura não aprovada pela EMPAV não servirá de motivo para que a **CONTRATADA** suspenda a execução dos serviços ou deixe de efetuar o pagamento devido a seus empregados.

4.4. No caso de Nota Fiscal/Fatura emitidas com erro, a contagem de novo prazo de 30 (trinta) dias será iniciada a partir da data da reapresentação do documento corrigido.

4.5. A Nota Fiscal/Fatura deverá ser emitida pela própria **CONTRATADA**, obrigatoriamente com o número de inscrição do CNPJ, dentro da validade, não se admitindo notas fiscais/faturas emitidas com outro CNPJ, mesmo aqueles de filiais e da matriz.

4.5.1 As notas fiscais deverão ser emitidas em moeda corrente do país e no seguinte CNPJ: da Sede 17.783.044/0001-38, da filial Pavimentação 17.783.044/0002-19, da filial Parques e Jardins 17.783.044/0004-80 ou da filial iluminação 17.783.044/0007-23, de acordo com a Ordem de Fornecimento enviada.

4.6. Deverá constar na Nota Fiscal/fatura o detalhamento dos serviços executados, o nome do banco, o número da agência, a praça e o número da conta, para que lhe seja efetuado o crédito bancário referente ao pagamento.

4.7. Ocorrendo o atraso de pagamento por culpa exclusiva da EMPAV, o pagamento será realizado acrescido de atualização financeira e se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, e os juros de mora serão calculados à taxa de 1% (um por cento) ao mês.

4.8. Para a hipótese definida no item 4.7, a **CONTRATADA** fica obrigada a emitir fatura suplementar, identificando de forma clara que se trata de valor pertinente à atualização financeira originária de pagamento de fatura em atraso por inadimplemento da EMPAV.

4.9. Caso a **CONTRATADA** seja optante do Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresa de Pequeno Porte (SIMPLES), deverá apresentar juntamente com a Nota Fiscal/Fatura a devida comprovação, a fim de evitar a retenção na fonte dos tributos e contribuições, conforme legislação em vigor.

4.10. Toda prestação do fornecimento deverá ser efetuada mediante solicitação da Requisitante, a qual deverá ser feita mediante Ordens de Fornecimento.

4.11. O pagamento da nota fiscal está condicionado ao ateste do fiscal técnico.

4.12. Juntamente com a nota fiscal, a **CONTRATADA** deverá apresentar o certificado de regularidade do FGTS, o CND do INSS, bem como certidão negativa de débitos tributários Federal, Estadual e Municipal e certidão negativa de débitos trabalhistas.

4.13. No caso da não apresentação da documentação de que trata o item 4.12 ou estando o objeto em desacordo com as especificações e demais exigências do contrato, fica a EMPAV autorizada a efetuar o pagamento, em sua integralidade, somente quando forem processadas as alterações e retificações determinadas, sem prejuízo da aplicação, a **CONTRATADA**, das penalidades previstas.

4.14. A EMPAV poderá descontar do pagamento importâncias que, a qualquer título, lhes sejam devidas pela **CONTRATADA**, por força da contratação.

4.15. Quando ocorrer a situação prevista no item 4.13, não correrá juros ou atualizações monetárias de natureza qualquer, sem prejuízo de outras penalidades previstas.

4.16. Os documentos de cobrança deverão ser corretamente emitidos e no caso de incorreções serão devolvidos, e o prazo para o pagamento contar-se-á da data de reapresentação da nota fiscal eletrônica/fatura.

4.17. Na eventualidade de aplicação de multas, estas deverão ser liquidadas simultaneamente com parcela vinculada ao evento cujo descumprimento der origem à aplicação da penalidade.

4.18. A EMPAV e a **CONTRATADA** poderão restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro da contratação, nos termos do **artigo 81, inciso VI, da Lei n. 13.303/16**, por novo pacto precedido de cálculo ou de demonstração analítica do aumento ou diminuição dos custos, obedecidos os critérios estabelecidos em planilha de formação de preços e tendo como limite a média dos preços encontrados no mercado em geral, não cabendo simples reajuste no prazo de vigência do Contrato, em atendimento ao §1º, do artigo 2º, da Lei Federal 10.192/01.

4.19. A EMPAV poderá sustar o pagamento de qualquer Nota Fiscal/Fatura apresentada pela **CONTRATADA**, no todo ou em parte, nos seguintes casos:

- a) Descumprimento parcial ou total do contrato;
- b) Débito da **CONTRATADA** com a EMPAV, proveniente da execução do contrato decorrente desta licitação;
- c) Não cumprimento de obrigação contratual, hipótese em que o pagamento ficará retido até que a **CONTRATADA** atenda à cláusula infringida;
- d) Obrigações da **CONTRATADA** com terceiros que, eventualmente, possam prejudicar a EMPAV;
- e) Paralisação do fornecimento por culpa da **CONTRATADA**;

4.20. Nenhum pagamento será efetuado a **CONTRATADA** enquanto pendente de liquidação quaisquer obrigações financeiras que lhe foram impostas, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária, sempre observado o contraditório no procedimento administrativo.

4.21. A **CONTRATANTE** poderá realizar o pagamento antes do prazo definido no item 4.1, através de solicitação expressa da **CONTRATADA**, sendo previamente avaliado pela Diretoria Administrativa e Financeira, de acordo com as condições financeiras da **CONTRATANTE**.

4.21.1. Em caso de antecipação, será aplicado um desconto financeiro, calculado com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, acrescido de 1% (um por cento) "*pro rata*".

CLÁUSULA QUINTA – DO LOCAL DE ENTREGA DOS MATERIAIS

5.1. Os materiais serão entregues no endereço e horário pré-estabelecido pela **CONTRATANTE** na ordem de

CLÁUSULA SÉTIMA – DOS REAJUSTES E DA REVISÃO DO CONTRATO

7.1. Havendo renovação/prorrogação do contrato, após o período de 12 (doze) meses, este será reajustado pelo índice IPCA/IBGE, conforme Decreto Municipal n. 8.542/2005, observando os índices máximo autorizados pela Prefeitura Municipal de Juiz de Fora – MG.

7.2. A revisão contratual (reequilíbrio econômico-financeiro) tem lugar quando a interferência causadora do desequilíbrio econômico-financeiro, consistir em um fato imprevisível ou previsível de consequências incalculáveis, anormal e extraordinário.

7.2.1. O reequilíbrio econômico-financeiro pode ser concedido a qualquer tempo, independentemente de previsão contratual, desde que verificados os seguintes requisitos:

- a) o evento seja futuro e incerto;
- b) o evento ocorra após a apresentação da proposta;
- c) o evento não ocorra por culpa da **CONTRATADA**;
- d) a possibilidade da revisão contratual seja aventada pela **CONTRATADA** ou pela EMPAV;
- e) a modificação seja substancial nas condições contratadas, de forma que seja caracterizada alteração desproporcional entre os encargos da **CONTRATADA** e a retribuição da EMPAV;
- f) haja nexos causal entre a alteração dos custos com o evento ocorrido e a necessidade de recomposição da remuneração correspondente em função da majoração ou minoração dos encargos da **CONTRATADA**;
- g) seja demonstrado nos autos a quebra de equilíbrio econômico-financeiro do Contrato, por meio de apresentação de planilha de custos e documentação comprobatória correlata que demonstre que a contratação tornou-se inviável nas condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. O reequilíbrio de contrato será precedido de solicitação da **CONTRATADA**, acompanhada de demonstração analítica da alteração dos custos, por meio de apresentação da planilha de custos e formação de preços e documentos que fundamentem a repactuação do contrato.

CLÁUSULA OITAVA - DOS PRAZOS DE PRESTAÇÃO DO FORNECIMENTO

8.1. No ato de assinatura deste instrumento fica a **CONTRATADA** obrigada a fornecer o e-mail para recebimento da ordem de fornecimento.

8.2. A **CONTRATADA** deverá executar os serviços imediatamente após a Ordem de fornecimento, cumprindo o prazo máximo de **20 (vinte) dias úteis**, improrrogáveis (ou podendo estender devido à complexidade do objeto).

8.2.1. Na ocorrência de qualquer eventualidade que prejudique o cumprimento do prazo estipulado no item anterior a **CONTRATADA** deverá comunicar formalmente à EMPAV em até **10 dias úteis** antes do prazo.

máximo de entrega, o que só será aceito mediante julgamento da EMPAV.

8.2.2. Havendo quaisquer irregularidades no objeto entregue, o mesmo será recusado devendo ser substituído em, no máximo **10 (dez) dias úteis**, a partir da notificação/solicitação da EMPAV, por outro Objeto que atenda as especificações exigidas no Termo de Referência.

8.2.3. A **CONTRATADA** que não cumprir os prazos estipulados ficará sujeita às sanções estabelecidas no **Termo de Referência**.

8.3. A prestação de serviços deverá estar em conformidade com a descrição, especificação, quantidade e qualidade do objeto especificado no Termo de Referência e respectiva Ordem de fornecimento.

8.4. Os serviços deverão atender às especificações técnicas e regulamentos técnicos.

CLÁUSULA NONA – DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DO FORNECIMENTO

9.1. A execução da prestação de serviço decorrentes deste contrato será formalizada pela assinatura deste instrumento contratual entre a **CONTRATANTE** e a **CONTRATADA**, nos termos da Lei.

9.2. A **CONTRATADA** fica obrigada a atender todas as solicitações efetuadas durante a vigência deste Contrato.

9.3. A prestação de serviços será efetuada mediante solicitação da **CONTRATANTE**, a qual deverá ser feita mediante **Ordens de Fornecimento**.

9.4. As cópias das **Ordens de Fornecimento** deverão ser anexadas ao processo de administração do contrato, para acompanhamento dos quantitativos.

9.5. Nos valores cotados deverão estar inclusos todos os custos, inclusive transporte, salários, seguros, frete, impostos, e quaisquer outros custos que incidam direta ou indiretamente na prestação de serviços.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO RECEBIMENTO DO OBJETO CONTRATADO

10.1. Os objetos serão recebidos para verificação de conformidade com as especificações, qualidade e quantidades, por empregado público designado para tal.

10.2. O recebimento será realizado pelo empregado público da EMPAV responsável pela fiscalização, cabendo a ele seguir as definições do Termo de Referência, parte integrante do presente contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA RESPONSABILIDADE POR DANOS

11.1. A **CONTRATADA** responderá por todo e qualquer dano provocado à **CONTRATANTE**, seus servidores ou terceiros, decorrentes de atos ou omissões de sua responsabilidade, a qual não poderá ser excluída ou atenuada em função da fiscalização ou do acompanhamento exercido pela **CONTRATANTE**, obrigando-se

todo e qualquer tempo, a ressarcir-los integralmente, sem prejuízo das multas e demais penalidades previstas na licitação.

11.2. Para efeitos desta cláusula, dano significa todo e quaisquer ônus, despesa, custo, obrigação ou prejuízo que venha a ser suportados pela **CONTRATANTE**, decorrentes do não cumprimento, ou do cumprimento deficiente, pela **CONTRATADA**, de obrigações a ele atribuídas por força de disposição legal, incluindo, mas não se limitando a pagamentos ou ressarcimentos efetuados pela **CONTRATANTE** a terceiros, multas, penalidades, emolumentos, taxas, tributos, despesas processuais, honorários advocatícios e outros.

11.3. Se qualquer reclamação relacionada ao ressarcimento de danos ou ao cumprimento de obrigações definidas como de responsabilidade da **CONTRATADA** for apresentada ou chegar ao conhecimento da **CONTRATANTE**, esta comunicará a **CONTRATADA** por escrito para que tome as providências necessárias a sua solução, diretamente, quando possível, o qual ficará obrigado a entregar à **CONTRATANTE** a devida comprovação do acordo, acerto, pagamento ou medida administrativa ou judicial que entender de direito, conforme o caso, no prazo que lhe for assinalado. As providências administrativas ou judiciais tomadas pela **CONTRATADA** não o eximem das responsabilidades assumidas perante a **CONTRATANTE**, nos termos desta cláusula.

11.4. Fica desde já entendido que quaisquer prejuízos sofridos ou despesas que venham a ser exigidas da **CONTRATANTE**, nos termos desta cláusula, deverão ser pagas pela **CONTRATADA**, independentemente do tempo em que ocorrerem, ou serão objeto de ressarcimento à **CONTRATANTE**, mediante adoção das seguintes providências:

- a) dedução de créditos da **CONTRATADA**;
- b) medida judicial apropriada, a critério da **CONTRATANTE**.

CLAÚSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS CONDIÇÕES DE GARANTIA

12.1. A garantia do objeto consiste na obrigação por parte da empresa **CONTRATADA**, em cumprir todas as determinações previstas na Lei nº 8.078, de 11/09/1990 – Código de Defesa do Consumidor – e alterações subsequentes, bem como em toda a legislação correlata aplicável ao caso.

12.2. O prazo de garantia contra imperfeições será de, no mínimo, **30 (trinta) dias**, para produtos duráveis e serviços, a contar da data do seu recebimento definitivo

12.3. A empresa vencedora deverá fornecer meios de comunicação tais como e-mails, telefones fixos e celulares para contato durante a vigência do prazo de garantia.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL, SOCIAL E ECONÔMICA:

13.1. A empresa vencedora deverá obedecer aos critérios de sustentabilidade ambiental, de forma a garantir a máxima proteção durante a realização dos serviços.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

14.1. Além das estabelecidas no Termo de Referência e em seus Anexos, constituem obrigações da CONTRATANTE:

14.1.1 Designar empregado incumbido da fiscalização da execução contratual, ao qual competirá:

I – Supervisionar e acompanhar a execução contratual, adotando todas as providências para a garantia da perfeita execução dos serviços;

II – Atestar a execução dos serviços de acordo com as especificações;

III – Aceitar o objeto do contrato, para efeito de pagamento;

IV – Registrar no Processo Administrativo próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas da **CONTRATADA** ou de falha na execução dos serviços ou fornecimento.

14.1.2. Atestar nas notas fiscais/faturas a efetiva entrega do objeto deste instrumento;

14.1.3. Caso o objeto não esteja de acordo com as especificações exigidas no contrato, o servidor responsável não poderá atestar sua prestação e lavrará termo circunstanciado do fato, que deverá ser encaminhado à autoridade superior, sob pena de responsabilidade.

14.1.4. Prestar à **CONTRATADA** toda e qualquer informação, por esta solicitada, pertinentes ao objeto, necessária à perfeita execução do Contrato;

14.1.5. Efetuar o pagamento à **CONTRATADA** no prazo avençado, após a entrega da Nota Fiscal no setor competente, desde que observados os requisitos contidos na cláusula terceira e subitens;

14.1.6. Fiscalizar o cumprimento do contrato, no que tange a prazos, quantitativos, prestação adequada dos serviços, cumprimento das obrigações da **CONTRATADA** e da própria **CONTRATANTE**, designando funcionário que será responsável pelo registro no processo administrativo próprio de todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato determinando o que for necessário à regularização das faltas da **CONTRATADA** ou de falhas na execução da prestação.

14.1.7. Notificar, por escrito, à **CONTRATADA** das ocorrências contratuais que podem ensejar aplicação de qualquer sanção, garantindo o contraditório.

14.1.8. Aplicar à sociedade empresária **CONTRATADA** penalidades, quando for o caso;

14.1.9. Dirimir as dúvidas que porventura ocorram na prestação do serviço, redirecionando as ações para sua solução;

14.1.10. Rejeitar no todo, ou em parte, o objeto entregue em desacordo com as especificações descritas neste Contrato, bem como relativamente às obrigações assumidas pela **CONTRATADA**.

14.1.11. Comunicar à **CONTRATADA**, por escrito, acerca da ocorrência de eventuais irregularidades verificadas no objeto fornecido para que seja substituído ou corrigido conforme prazo fixado na Cláusula Oitava – DOS PRAZOS DE PRESTAÇÕES DO FORNECIMENTO.

14.1.12. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela **CONTRATADA** com terceiros, ainda que vinculados à execução contratual, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da **CONTRATADA**, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

14.2. Além das estabelecidas no Termo de Referência e em seus Anexos, constituem obrigações da CONTRATADA:

14.2.1. A **CONTRATADA** se obriga a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência do contrato, obedecendo às especificações e condições exigidas na proposta e no preço avençado.

14.2.2. Pagar todos os tributos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre o serviço prestado;

14.2.3. A **CONTRATADA** não poderá ceder ou dar em garantia, em qualquer hipótese, no todo ou em parte, os créditos de qualquer natureza, decorrentes ou oriundos do Contrato.

14.2.4. Comprovar, sempre que solicitado pela **CONTRATANTE**, a quitação das obrigações trabalhistas e tributárias e, mensalmente, o recolhimento das contribuições sociais (Fundo de Garantia de Tempo de Serviço e Previdência Social) pertinentes aos seus empregados, como condição à percepção mensal do valor faturado;

14.2.5. Prestar o(s) serviço(s) para a EMPAV, cumprindo rigorosamente as especificações técnicas constantes no Termo de Referência e seus anexos;

14.2.6. A **CONTRATADA** deve credenciar, junto à **CONTRATANTE**, um representante para prestar os devidos esclarecimentos ao fiscal do contrato e atender as reclamações que porventura surgirem durante a execução do contrato;

14.2.7. Realizar o(s) serviço(s) objeto(s) do Contrato, com eficiência e presteza, dentro dos prazos e especificações descritas no Termo de Referência; sujeitando-se no que couber às leis do consumidor. A **CONTRATANTE**, através do setor responsável, fará a verificação da conformidade do serviço e dos produtos com as especificações constantes da proposta do fornecedor, marca e modelo, quando couber.

14.2.8. Comunicar à EMPAV, qualquer eventualidade que prejudique ou impossibilite o cumprimento dos prazos de execução em até **3 (três) dias úteis** após o recebimento da ordem de fornecimento, o que só será aceito mediante julgamento da EMPAV;

14.2.9. Emitir notas fiscais referentes à prestação do(s) serviço(s) objeto deste termo contratual;

14.2.10. Havendo quaisquer irregularidades no objeto entregue, tais como vícios, defeitos, ou incorreções, o mesmo será recusado devendo ser removido ou/e substituído, as suas expensas, nos prazos indicados na Cláusula Oitava – Dos Prazos de Prestações dos Serviços, a partir da notificação/solicitação da EMPAV, por outro bem que atenda as especificações exigidas no Termo de Referência;

14.2.11. Adotar na prestação de serviços práticas de sustentabilidade e de natureza ambiental e obedecer aos requisitos de sustentabilidade relativamente aos materiais utilizados e forma de execução dos serviços propostos, a serem utilizados na prestação de serviços.

14.2.12. Ser responsável por todo e qualquer prejuízo ou dano causado ao patrimônio da EMPAV ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, decorrente de vício e não atendimento às normas específicas a serem atendidas e rigorosamente cumpridas.

14.2.13. Respeitar as normas de controle de bens e de fluxo de pessoas nas dependências da EMPAV.

14.2.14. Manter durante toda a execução contratual, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

14.2.15. Executar os serviços em conformidade com a boa técnica de engenharia atendendo ao normativo técnico, prescrições da ABNT e demais normas correlatas.

14.2.17. Ao término dos serviços, realizar vistoria conjunta com a EMPAV para verificação de conformidade e aceitação dos serviços para posterior elaboração do Boletim de medição.

14.2.18. É de responsabilidade da **CONTRATADA**, todas as providências e materiais necessários no local cujos serviços estão sendo executados, com o objetivo de prevenir acidentes, bem como proteção aos usuários, inclusive quanto a utilização de Equipamentos de Proteção Individual por parte de seu pessoal e devida fiscalização. Todo o pessoal da **CONTRATADA** que irá trabalhar, deverá estar munido de todos os equipamentos individuais de segurança;

14.2.19. Para realização dos serviços é de sua responsabilidade todas as despesas de alimentação, alojamento, transporte, equipamentos de segurança, bem como taxas, encargos sociais, previdenciários, securitários, os quais incluir-se-ão nos preços apresentados pela **CONTRATADA**.

14.2.20. Utilizar em todos os serviços, materiais de boa qualidade e empregados convenientemente, em conformidade com as especificações e instruções do Fabricante, devendo antecipadamente, serem aprovados pela fiscalização.

14.2.21. Responder por quaisquer danos ou prejuízos que venha, direta ou indiretamente, por sua culpa ou dolo, a causar à EMPAV ou a terceiros, durante a execução do Contrato, inclusive por atos praticados por seus funcionários, ficando, assim, afastada qualquer responsabilidade da EMPAV, podendo está para o fim de garantir eventuais ressarcimentos, adotar as seguintes providências:

a) dedução de créditos da **CONTRATADA**;

b) medida judicial apropriada, a critério da EMPAV.

14.2.22. A **CONTRATADA** declara ciência de todos os requisitos e condições do **Termo de Referência**, bem como obriga-se a cumprir todos os termos e preços expressos em sua proposta comercial, garantindo a fiel e perfeita execução contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do **artigo 72 e 81 da Lei nº 13.303, de 2016**.

15.2. A **CONTRATADA** ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessária, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato; nos termos do §1º do **art. 81, da Lei nº 13.303/2016**.

15.3. Sempre que for necessário acrescentar ou reduzir os valores e/ou prazos contratuais, as modificações procedidas deverão fazer parte de aditamento a ser assinado pelas partes. Eventuais acréscimos nas quantidades do objeto da contratação, quando necessário, poderão ser admitidos desde que autorizados pela EMPAV, com base nos preços unitários contratados.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS PENALIDADES

16.1 Qualquer pessoa física ou jurídica que praticar atos em desacordo com o este Contrato e com o Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da EMPAV, sujeita-se às sanções previstas, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal.

16.2. Os casos de inexecução do objeto deste contrato, erro de execução, execução imperfeita, atraso injustificado e inadimplemento contratual, sujeitará a **CONTRATADA** às penalidades previstas no **Art. 83 da Lei 13.303/2016**, das quais destacam-se:

a) Advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos à execução do objeto da licitação e não prejudiquem o andamento das atividades normais da EMPAV;

b) multa no valor de 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor em atraso, por dia de atraso, limitados ao prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, após o qual será caracterizada a inexecução total;

c) multa compensatória no valor de 5% (cinco por cento) sobre o valor total contratado;

d) suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com a **CONTRATADA**, no prazo de até 02 (dois) anos;

16.3. Após o devido processo legal, as penalidades serão aplicadas pela autoridade competente.

16.3.1. As sanções previstas nas alíneas “a” e “c” poderão ser aplicadas juntamente com a da alínea “b”.

16.3.2. A sanção de advertência é cabível sempre que o ato praticado, ainda que ilícito, não seja suficiente para acarretar danos à EMPAV, suas instalações, pessoas, imagem, meio ambiente, ou a terceiros.

16.3.3. A reincidência da sanção de advertência poderá ensejar a aplicação de penalidade de suspensão.

16.3.3.1. A multa também poderá ser aplicada na observância das seguintes ocorrências:

I. pela recusa em assinar o Contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido

pelo instrumento convocatório, poderá ser aplicada multa correspondente a até 5% (cinco por cento) do valor máximo estabelecido para a licitação em questão;

II. no caso de atraso na entrega da garantia contratual, quando exigida, caberá a incidência de multa correspondente a até 5% (cinco por cento) do valor total do Contrato;

16.4. Os valores das multas aplicadas previstas nos subitens acima poderão ser descontados dos pagamentos devidos pela **CONTRATANTE**.

16.5. Se a multa for de valor superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a **CONTRATADA** pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela EMPAV ou, ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

16.6. Da aplicação das penalidades definidas nas alíneas “a”, “b”, “c” e “d” do item 16.2, caberá recurso no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da intimação.

16.7. O recurso relativo às penalidades acima dispostas será dirigido a Diretora Presidente da EMPAV, a qual decidirá o recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis e o pedido.

16.8. A inexecução total ou parcial do Contrato ensejará na sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em Lei.

16.9. A EMPAV poderá rescindir o contrato, independentemente de qualquer procedimento judicial, observada a legislação vigente, nos seguintes casos:

- a) por infração a qualquer de suas cláusulas;
- b) decretação de falência, concurso de credores, dissolução, liquidação ou recuperações judiciais e extrajudiciais da **CONTRATADA**;
- c) em caso de transferência, no todo ou em parte, das obrigações assumidas neste contrato, sem prévio e expresso aviso à EMPAV;
- d) por comprovada deficiência no atendimento do objeto do contrato;
- e) mais de 2 (duas) advertências.

16.10. A EMPAV poderá, ainda, sem caráter de penalidade, declarar rescindido o contrato por conveniência administrativa ou interesse público.

16.11. A aplicação de penalidades previstas para os casos de inexecução do objeto, erro de execução imperfeita, atraso injustificado, inadimplemento contratual e demais condutas ilícitas será de competência da Diretora Presidente da EMPAV.

16.11.1. São consideradas condutas reprováveis e passíveis de sanções, dentre outras:

- a) não atender, sem justificativa, à convocação para assinatura do Contrato ou retirada do instrumento equivalente;

- b) apresentar documento falso em qualquer processo administrativo instaurado pela EMPAV;
- c) frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o processo de contratação;
- d) afastar ou procurar afastar participante, por meio de violência, grave ameaça, fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;
- e) agir de má-fé na relação contratual, comprovada em processo específico;
- f) incorrer em inexecução contratual;
- g) ter frustrado ou fraudado, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo de procedimento licitatório público; ter impedido, perturbado ou fraudado a realização de qualquer ato de procedimento licitatório público; ter afastado ou procurado afastar licitante, por meio de fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo; ter fraudado licitação pública ou contrato dela decorrente; ter criado, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitação pública ou celebrar contrato administrativo; ter obtido vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a Administração Pública, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais; ter manipulado ou fraudado o equilíbrio econômico financeiro dos contratos celebrados com a Administração Pública; ter dificultado atividade de investigação ou fiscalização de órgãos, entidades ou agentes públicos, ou ter intervindo em sua atuação, inclusive no âmbito das agências reguladoras e dos órgãos de fiscalização.

16.12. Cabe a sanção de suspensão em razão de ação ou omissão capaz de causar, ou que tenha causado danos à EMPAV, suas instalações, pessoas, imagem, meio ambiente ou a terceiros.

16.13. Conforme a extensão do dano ocorrido ou passível de ocorrência, a suspensão poderá ser branda (de 01 a 06 meses), média (de 07 a 12 meses), ou grave (de 13 a 24 meses).

16.14. Constitui falta grave o não pagamento de salário, de vale-transporte e de auxílio alimentação dos empregados na data fixada, o que poderá dar ensejo à rescisão do contrato, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

16.16. A sanção de suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contratar importa, durante sua vigência, na suspensão de registro cadastral, se existente, ou no impedimento de inscrição cadastral.

16.17. Se a sanção de suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contratar for aplicada no curso da vigência de um Contrato, a EMPAV poderá, a seu critério, rescindi-lo mediante comunicação escrita previamente enviada à **CONTRATADA**, ou mantê-lo vigente.

16.18. A reincidência de prática punível com suspensão, ocorrida num período de até 2 (dois) anos a contar do término da primeira imputação, implicará no agravamento da sanção a ser aplicada.

16.19. Quando o objeto da licitação não for executado até o vencimento do prazo estipulado, a suspensão do Contrato será automática e perdurará até que seja realizado o serviço, sem prejuízo de outras penalidades previstas em lei e no Edital sendo que as despesas serão efetuadas às expensas da **CONTRATADA**.

16.20. As penalidades previstas neste Contrato poderão deixar de ser aplicadas, total ou parcialmente, a critério da EMPAV, se entender as justificativas apresentadas pela **CONTRATADA** relevantes.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DAS COMUNICAÇÕES

17.1. As comunicações entre as partes contratantes, relacionadas com o acompanhamento e controle do presente contrato, serão feitas sempre por eletrônico e arquivados no processo administrativo próprio.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO

18.1. Observado o disposto na Lei nº 13.303/2016, o acompanhamento e a fiscalização da prestação dos serviços de forma adequada serão realizados pela EMPAV.

18.2. O Responsável pelo acompanhamento técnico do contrato atestará, no documento fiscal correspondente, a prestação de serviço nas condições exigidas, constituindo tal atestação requisito para a liberação dos pagamentos ao fornecedor.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA INEXECUÇÃO E DA RESCISÃO DO CONTRATO

19.1. No que se refere à inexecução total ou parcial do objeto contratual, aplicar-se-ão o disposto nos **arts. 258 a 276 do Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da EMPAV** e disposições da Lei 13.303/16.

19.2. A rescisão do contrato poderá ser:

- a) por ato unilateral e escrito por iniciativa de qualquer das partes;
- b) amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo de contratação, desde que haja conveniência para a EMPAV
- c) judicial, nos termos da legislação.

19.3. A rescisão por descumprimento das cláusulas contratuais acarretará a execução dos valores das multas e indenizações a ela devidos, para ressarcimento da **CONTRATANTE**, bem como a retenção dos créditos decorrentes do Contrato, até o limite dos prejuízos causados à **CONTRATANTE**, além das sanções previstas neste instrumento.

19.4. O contrato poderá, ainda, com base nos preceitos de direito público, ser rescindido pela **CONTRATANTE** a qualquer tempo, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, mediante fato superveniente de relevante interesse público, devidamente justificado no processo administrativo, observado o contraditório **CONTRATADA** e disposições legais pertinentes.

19.5. A rescisão por ato unilateral a que se refere à alínea “a” do item 19.2, deverá ser precedida

comunicação escrita e fundamentada da parte interessada e ser enviada à outra parte com antecedência mínima de 90 (noventa) dias se a rescisão se der por ato da **CONTRATADA**, considerando a imprescindibilidade da execução contratual para a continuidade de serviços públicos, ou de 30 (trinta) dias caso a rescisão se dê por ato unilateral da **CONTRATANTE**, considerando o interesse público.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DAS PRÁTICAS DE COMPLIANCE E ANTICORRUPÇÃO

20.1. A **CONTRATADA** declara, sob as penas da lei, não haver, até a presente data, qualquer impedimento à presente contratação ou mesmo à execução de alguma cláusula ou condição do instrumento ora pactuado.

20.2. Aplicam-se, ainda, os princípios e normas estabelecidos no Código de Conduta e Integridade da EMPAV, disponível para consulta no site da EMPAV, no endereço eletrônico <https://empavjf.com.br/> e as disposições da Lei Federal nº 12.846 de 01/08/2013."

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DA CESSÃO / SUBCONTRATAÇÃO

21.1. É expressamente vedado à **CONTRATADA** a cessão, subcontratação ou sub-rogação, no todo ou em parte, do objeto da presente licitação.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – LGPD

22.1. As partes, por si e seus colaboradores, obrigam-se a atuar no presente Contrato em conformidade com a legislação vigente (Lei nº 13.709/2018) sob a proteção de dados pessoais e as determinações de órgãos reguladores/fiscalizadores sobre matéria.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - DOS CASOS OMISSOS

23.1. Os casos omissos serão decididos pela **CONTRATANTE**, segundo as disposições contidas na Lei nº 13.303, de 2016, RILC-EMPAV, demais normas legais aplicáveis e, subsidiariamente, normas e princípios gerais da Lei 14.133/21.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA – DA PUBLICAÇÃO

24.1. Os extratos do CONTRATO, seu inteiro teor e seus aditivos devem ser publicados no sítio eletrônico da empresa em até 20 (vinte) dias a contar das datas das suas assinaturas, contendo o nome e o CNPJ do agente econômico, o objeto, prazo de vigência, valor do CONTRATO e fundamentação legal da contratação.

24.2. Incumbirá à **CONTRATANTE** providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no DOM portal do "e-Atos do Governo" da Prefeitura de Juiz de Fora/MG, e no sítio eletrônico oficial da Empresa, conforme requerido no art. 51, § da Lei nº 13.303, de 2016.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA – DO FORO

25.1. Fica eleito o foro da Comarca de Juiz de Fora, Estado de Minas Gerais, para dirimir eventuais conflitos de interesses decorrentes do presente Contrato, que não possam ser dirimidas administrativamente, valendo esta cláusula como renúncia expressa a qualquer outro foro, por mais privilegiado que seja ou venha a ser.

E por estarem assim acordados, assinam este contrato os representantes das partes e as testemunhas abaixo em 02 (duas) vias de igual teor.

Juiz de Fora, assinado digitalmente.

MIRELLY VASCONCELOS CARDOSO
DIRETORA PRESIDENTE
CONTRATANTE

LICIANE CRIVELLARI BARBOSA
DIRETORA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA
CONTRATANTE

CONTRATADA
REPRESENTANTE LEGAL

TESTEMUNHA 1

Ass.: _____
Nome: _____
C.I.: _____
C.P.F.: _____

TESTEMUNHA 2

Ass.: _____
Nome: _____
C.I.: _____
C.P.F.: _____



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: E916-281E-7051-E174

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



LICIANE CRIVELLARI (CPF 805.XXX.XXX-20) em 29/07/2025 16:20:34 GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://juizdefora.1doc.com.br/verificacao/E916-281E-7051-E174>